

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
CPLC

Paranaguá, 28 de fevereiro de 2024.

**SAP nº 1000000010**

**Assunto: Contratação Direta de Seguro Compreensivo de Operador Portuário para a garantia da Responsabilidade Civil e Bens Patrimoniais da APPA.**

Trata-se de solicitação da **COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO E SEGUROS**, vinculada a **DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**, visando a Contratação Direta de Seguro Compreensivo de Operador Portuário para a garantia da Responsabilidade Civil e Bens Patrimoniais da APPA, **na modalidade de contratação direta por dispensa de licitação**, fundamentada no inciso XV, art. 73, da Seção I, do Capítulo VII do RILC – APPA, conforme estabelecido no Processo SUSEP nº 15414.003688/2003-46 (Anexo VIII), conforme justificativas e demais especificações técnicas descritas no Termo de Referência e anexos.

Com base no que consta no protocolo, importa destacar o que segue:

O setor demandante entre outras, anexou no item 2 do termo de referência, as seguintes justificativas:

2.1. considerando que a apólice de Seguro Compreensivo de Operador Portuário para garantia de indenização sobre Responsabilidade Civil e Bens Patrimoniais da APPA venceu às 24h do dia 10 de janeiro de 2024;

2.2 considerando que não houve interesse em renovação contratual pela atual contratada;

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
CPLC

2.3 considerando que houve uma sequência de 5 (cinco) sinistros dentro da área segurada pelo Porto de Paranaguá, mais especificamente 3 (três) na área do cais de atracação;

2.4 considerando os 2 (dois) Pregões Eletrônicos nº PE 1267/2023 e PE 1471/2023, ocorridos nas datas 16/11/23 e 09/01/24, ambos considerados desertos;

2.5 considerando que em razão dos prejuízos causados por sinistros, o mercado vem se recusando a dar continuidade à prestação dos serviços do seguro compreensivo de operador portuário;

2.6 Justifica-se a contratação direta pela necessidade da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA em prevenir-se de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, em atendimento à Resolução Normativa nº 02-ANTAQ, de 13.02.2015, bem como ao Convênio de Delegação 037/2001, contendo este contrato emergencial expressa cláusula resolutiva estabelecendo a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços.

Salvo melhor juízo, nos parece que a contratação, poderá ser realizada por dispensa de licitação em virtude da situação emergencial e suas consequências, embasada nas justificativas elencadas pelo setor requisitante.

Nestes termos, temos que a Lei de Responsabilidade das Estatais – Lei nº 13.303/2016, assim reza no art. 29, inciso XV

*Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:*

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
CPLC

(...)

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º

No mesmo sentido o Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da APPA – OS 109/2021, dispõe:

Seção I – Da Dispensa de licitação

Art. 73 É dispensável a realização de licitação nas seguintes hipóteses:

(...)

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º...

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**  
CPLC

Conforme documento anexado pela Coordenadoria de Suprimentos e Compras, em especial proposta de preços, os valores a serem pagos pela contratação dos dois lotes para **LIBERTY SEGUROS S.A., inscrita no CNPJ nº 61.550.141/0001-72** são:

**Lote 1: R\$ 327.748,30 (trezentos e vinte e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta centavos);**

**Lote 2: R\$ 426.072,79 (quatrocentos e vinte e seis mil, setenta e dois reais e setenta e nove centavos).**

Encaminha-se para a Diretoria Jurídica - DJU para parecer quanto a regularidade e legalidade do procedimento de dispensa de licitação para contratar o objeto.

ANGELO GERALDO BOCHENEK  
Coordenador de licitações